

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

CATIA GRISA
SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES




UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

POLÍTIICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

CATIA GRISA
SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2015

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P767 Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia
Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
624 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, gráficos, mapas, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Políticas públicas – Agricultura familiar. 4. Políticas agrícolas. 5. Segurança alimentar – Políticas. 6. Desenvolvimento territorial – Políticas. 7. Políticas ambientais. 8. Políticas agrárias. 9. Políticas sociais. 10. Ciência – Tecnologia. 11. Políticas públicas – Grupos sociais – Meio rural – Brasil. 12. Desenvolvimento rural - Políticas – América Latina. I. Grisa, Catia. II. Schneider, Sergio. IV. Série.

CDU 631.1:330.34(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0262-0

Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil

**Carolina Braz de Castilho e Silva
Sergio Schneider**

Introdução

Tornar a vida das populações melhor tem sido uma preocupação recorrente de cientistas e formuladores de políticas, assim como de organizações e instituições sociais que vão desde a Igreja até as organizações não governamentais nas últimas décadas. Tal preocupação, inicialmente baseada em uma ideia de progresso econômico, tem sido modificada através dos anos, culminando nas diversas formas de conceber o desenvolvimento social e humano na atualidade.

Nos anos recentes, as discussões sobre o desenvolvimento retornaram à agenda, ainda que sob uma nova perspectiva. Questões como democracia, justiça social e sustentabilidade passaram a acompanhar as velhas retóricas sobre o crescimento econômico e a distribuição de riqueza. O debate recente tem deixado cada vez mais claro que desenvolvimento e crescimento não são sinônimos e que o alcance de um não leva ao outro de modo ineroxável. Mas também é cada vez mais consensual que uma sociedade ou um grupo social não

pode ser considerado desenvolvido quando há desigualdades que obstaculizam ou impedem a possibilidade de uma vida melhor.

Neste sentido, o desenvolvimento passa a ser visto como um processo que não possui um caminho predeterminado que pode ser recomendado como modelo e aplicado nos mais diversos contextos. Para dar conta das múltiplas faces do processo de desenvolvimento, sem apelar para uma fórmula predefinida e única, Kageyama (2008) apontou para a necessidade de uma visão ampliada de desenvolvimento. Conforme Kageyama (2008), é frequente que os estudos sobre desenvolvimento partam de uma ideia restrita, baseada na mensuração do crescimento econômico através de indicadores como o produto e a renda *per capita*. Mas, tal como foi salientado por Amartya Sen e posteriormente referendado através da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990, o desenvolvimento é um processo multidimensional. Em seu livro seminal, *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen (2000) analisou a relação entre a renda e as realizações individuais e questionou o entendimento da renda como um fim em si mesmo, destacando a necessidade de considerá-la como um meio que permite aos indivíduos realizarem aquilo que gostariam. Segundo Sen (2000), a renda não é o único fator a influir na qualidade de vida, e nem mesmo essa influência pode ser padronizada, uma vez que o impacto da renda na vida é variável.

Nesta perspectiva, as políticas públicas de combate à pobreza ganham novo significado para o desenvolvimento pelo fato de que podem amenizar uma situação adversa em período curto de tempo e servir de impulso para a sua superação em longo prazo, reduzindo as desigualdades sociais. Assim, políticas e programas, como a transferência condicionada de renda nos moldes do Programa Bolsa Família (PBF), podem ser vistos como uma ferramenta importante não só pelo acesso a renda mas também por condicionar a frequência escolar e o acompanhamento médico de crianças e mães beneficiárias do programa, influenciando nas capacitações dos beneficiários, além de incentivar o acesso ao mercado de trabalho, ao fornecer qualificação profissional.

Na opinião de Kerstenetzky (2009), os países em desenvolvimento têm buscado conciliar desenvolvimento com a redução das desigualdades e da pobreza, através das políticas sociais. O caso brasileiro do Bolsa Família demonstra essa possibilidade, mas é necessário que o programa seja reforçado nos aspectos de desenvolvimento que apresenta, sobretudo através da criação de incentivos para a educação infantil, entre outros.

Nesse sentido, é importante analisar o PBF no meio rural, uma vez que os serviços básicos podem ser de difícil acesso, inibindo a inclusão socioproductiva da população pobre e extremamente pobre que aí reside. Ademais, é necessário

compreender o PBF em sua relação com outras políticas públicas para entender em que medida essas políticas podem ser complementares, contribuindo para o desenvolvimento rural

Neste trabalho são discutidos alguns desafios das políticas públicas para o desenvolvimento rural tomando como referência o Programa Bolsa Família, que é considerado um dos principais fatores de redução da pobreza no meio rural do Brasil na última década. O artigo apresenta alguns dados da pobreza rural brasileira e a seguir analisa as contribuições que o PBF trouxe ao seu enfrentamento. Também são evidenciadas possíveis relações entre o Programa e alguns indicadores sociais, enfatizando o caso do Rio Grande do sul, estado no qual 19,37% dos beneficiários do PBF estão localizados no meio rural.

A discussão realizada aponta que no Brasil houve crescimento econômico e redução da pobreza, sem necessariamente avançar no desenvolvimento, a partir da perspectiva das capacitações de Sen. Para tal, é analisada a necessidade de se criar condições para a construção de mecanismos de saída dos beneficiários do PBF tomando como referência a perspectiva seniana de construção de capacidades e expansão das liberdades substantivas.

Redução da pobreza e da desigualdade – os alcances recentes da política social brasileira

Na primeira década dos anos 2000, a população brasileira observou um aumento da sua renda, especialmente nos grupos de maior incidência da pobreza. Estudos indicam que também houve movimentos de redução de desigualdade social, revertendo a tendência de concentração de riqueza que marcou o país dos anos 1990 (Caisan, 2014; MDS, 2014).

Em comunicado divulgado em 2012, o Ipea indicava que embora o Brasil detivesse a posição de 12^a maior desigualdade mundial, a renda da população mais pobre havia crescido cerca de 90% durante a década compreendida entre 2001 e 2011. Este último ano foi o de menor desigualdade medida pelo índice de Gini com dados da PNAD, desde que se iniciou essa medição na década de 1960, resultado obtido, sobretudo pela elevação da renda do trabalho.

Os resultados das análises do Ipea demonstraram que enquanto o grupo dos 10% mais pobres aumentou sua renda em 91,2%, os mais ricos tiveram acréscimo de renda de 16,6% no período, o que indica que a desigualdade entre as camadas mais pobres e mais ricas começa a diminuir. Além disso, os maiores ganhos de renda do trabalho estiveram concentrados entre as famílias do nordeste brasileiro e aquelas chefiadas por analfabetos, em detrimento das

famílias da região sudeste e cujos chefes possuíam mais anos de estudos, além de ter havido aumento de renda do trabalho para a população negra e parda superior à dos brancos. Já os programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria ajudam a compreender o crescimento da renda das crianças, maior do que o de grupos adultos.

Em comunicado mais recente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014) divulgou resultados obtidos pelo Banco Mundial na avaliação da pobreza no Brasil, indicando uma redução de 76% na pobreza multidimensional entre os anos de 2004 e 2012. Conforme o estudo do Banco Mundial, a pobreza crônica, atingia 6,7% da população em 2004, passando a apenas 1,6% em 2012.

O estudo, realizado com dados da PNAD, parte de uma visão multidimensional de pobreza, utilizando como critério o valor de até 140 reais mensais (que equivale a pouco mais de um dólar ao dia) aliado a outras variáveis, a saber, a frequência escolar de crianças, o nível de escolaridade dos adultos, a disponibilidade de água potável e saneamento básico, a disponibilidade de eletricidade, as condições de moradia e o acesso a bens de consumo. Em casos onde há privações em quatro ou mais destas dimensões avaliadas, a pobreza é considerada crônica, o que tornaria mais difícil sua superação (MDS, 2014).

Castro (2008) aborda as transferências e outros serviços sociais através da análise do Gasto Público Social (GPS), demonstrando seu impacto no orçamento e sua recente expansão. O GPS, que é formado pelos recursos financeiros brutos direcionados pelo setor público para demandas sociais (bens e serviços) e transferências (Castro, 2008), é analisado a partir da divisão das ações sociais em “áreas de atuação”, conforme atendimento aos direitos e às necessidades sociais que prevalecem nas disposições jurídico-institucionais.

Em 1995, o gasto social federal era de R\$ 179,8 bilhões, e é expandido em cerca de 74%, totalizando R\$ 312,4 bilhões em 2005, sendo que o maior crescimento foi direcionado para a área da assistência social. Esta, em 1995 recebia apenas 1,3 bilhões de reais e em 2005 alcançou 18,8 bilhões, aumentando 13 vezes, por influência da implementação dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e dos programas de transferência de renda (Castro, 2008).

A análise de Castro (2008) demonstra que o GSF aumentou de forma mais acelerada do que a economia do país (PIB), tendo crescimento de 23%. As áreas de maior destaque foram a previdência social, a assistência social e a defesa do trabalhador. Além disso, a análise evidencia o caráter pró-cíclico

que tem o GSF, já que em momentos de instabilidade política e menor crescimento econômico ele apresentou menor crescimento. No período seguinte, de crescimento da economia, há melhora no nível de ocupação de mão de obra e nos rendimentos dos trabalhadores, aumentando também o GSF, motivada em grande parte pelo aumento dos programas de transferência de renda (Castro, 2008).

Conforme informações do balanço divulgado em 2014 (Caisan, 2014), que constam do Gráfico 1, abaixo, os valores destinados às políticas sociais cresceram em valores reais e em relação ao PIB, saindo de 326 bilhões, ou 12,9% do PIB no ano 2000 para 744 bilhões, o que é 16,9% do PIB do ano 2012.

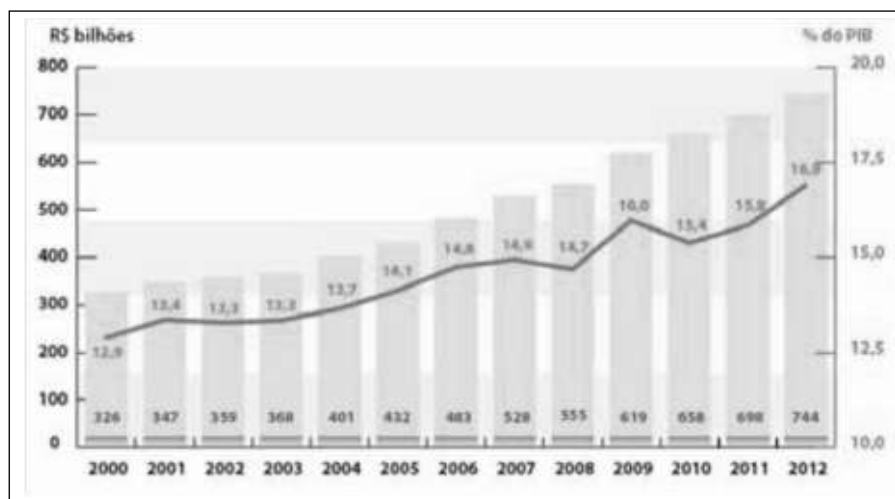


Gráfico 1 – Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União (R\$ de 2012 e % do PIB)
 Fonte: SIOP/MP e Conta Nacional/IBGE. Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ausência ou insuficiência de renda é apontada, na maioria dos países, incluindo o Brasil, como impedimento para o acesso aos alimentos, portanto, os esforços para o aumento da renda dos mais pobres e diminuição das desigualdades no Brasil não devem ser menosprezados. Conforme divulgado pelo mesmo relatório (Caisan, 2014), as duas últimas décadas foram de redução nos índices de pobreza e pobreza extrema no Brasil. Em 2002 a pobreza extrema era de 8,81% e a pobreza atingia 24,26% da população. Já em 2012, a primeira havia sido reduzida para 3,55% e a segunda para 8,54% do total (ver Gráfico 2).

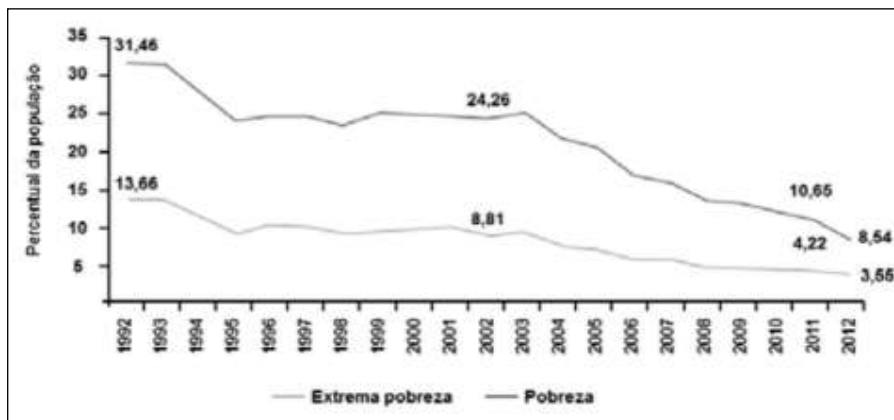


Gráfico 2 – Evolução da pobreza e extrema pobreza, segundo a proporção de pobres e extremamente pobres, Brasil, 1992-2012

Fonte: Microdados das PNADs 1992-2012. Elaboração: IPEA.

O índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento, calculado a partir de dados da PNAD, que havia atingido o valor de 0,553 em 2002, foi reduzido para 0,500 em 2012, indicando diminuição na desigualdade de renda. A capacidade de compra de cestas básicas do salário mínimo também aumentou no período de 2002 até 2012, saltando de 1,42 cestas no primeiro caso para 2,12 cestas básicas no ano final. Além disso, o Índice de Insegurança Alimentar Grave (que representa situação de fome) que em 2004 era de 6,95% caiu para 5% em 2009, enquanto a segurança alimentar aumentou de 65,05% para 69,76% no mesmo período.

No último decênio, as políticas sociais também são apontadas como responsáveis por melhorias no campo da saúde, para além da redução da fome e desnutrição. Em relação à mortalidade infantil, por exemplo, o Brasil superou a meta do Milênio de 21 para cada mil nascidos vivos até 2015. A mortalidade infantil que em 1990 era de 62, caiu, ainda em 2012, para 14, avançando sobre as metas estabelecidas (Caisan, 2014).

Conforme essas informações, percebe-se que o país melhorou não só a renda da população mais pobre, mas outros indicadores sociais que sinalizam para a melhoria da qualidade de vida da população. Grande parte dessas mudanças têm sido atribuída à expansão da transferência de renda realizada pelo Programa Bolsa Família, em valores monetários e número de beneficiários, conforme demonstrado a seguir.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família tem como objetivo o alívio imediato à pobreza e sua superação à médio e longo prazo, através da criação de oportunidades de inserção socioeconômica para as famílias beneficiárias. Ele surge para unificar outras ações do governo federal para auxílio das pessoas de baixa renda, quais sejam, o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, para agilizar o processo de recebimento, diminuir a burocracia e melhor controlar recursos (Weissheimer, 2006).

A Constituição Brasileira de 1988, ao equiparar a assistência social às políticas sociais de educação, saúde e previdência com a garantia do acesso aos serviços públicos à população pobre, aliada à posterior aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), já no início da década de 1990 serviram de pano de fundo para a criação do Bolsa Família, inaugurando uma nova agenda social no Brasil, ao unificar, racionalizar e ampliar diferentes programas sociais sob responsabilidade de distintos ministérios (Weissheimer, 2006; Mattos, 2011).

Contribuíram como geradoras de experiência diversas ações para melhorar renda e qualidade de vida da população pobre, destacando-se, entre outros, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), criado em 1996, considerada a primeira ação de transferência de renda condicionada do governo federal, seguida do Bolsa Escola (2001) e do Bolsa Alimentação (2003), também com condicionalidades (Weissheimer, 2006; Mattos, 2011). No entanto, esses programas não atingiam todo o país e eram financiados, executados e gerenciados por fontes próprias, gerando sobreposição ou exclusão de famílias. Somente em 2004, junto com o Auxílio Gás (sem contrapartidas) esses programas foram unificados no PBF, ao qual o Peti passou a integrar em 2005.

O funcionamento do PBF está dividido entre transferência de renda, compromissos assumidos pelos beneficiários (condicionalidades), e os programas complementares, que englobam ações variadas entre capacitação, trabalho, microcrédito, qualidade de vida, cultura, emissão de documentos, entre outros (Mattos, 2011). Outra característica é sua execução descentralizada, apontada como parte do êxito obtido, inclusive com a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), em 2006, e também do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), criado em 2010 (Rabelo, 2011).

O pagamento às famílias, conforme sua composição, é feito através do cartão magnético da Caixa Econômica Federal e é direcionada para o(a) responsável pela família, preferencialmente a mãe, sendo retirado pelo(a) beneficiário(a) na rede conveniada ao banco. O Benefício Básico equivale

atualmente a 77 reais, pago quando a renda mensal da família não excede R\$ 77,00. Já os Benefícios Variáveis, para as famílias com renda acima deste valor, são limitados a até cinco crianças (até 15 anos), nutrizes ou gestantes, no valor de R\$ 35,00 cada e até de dois adolescentes, no valor de R\$ 42,00. O Benefício para Superação da Extrema Pobreza é calculado especificamente para cada família que, mesmo com o recebimento dos benefícios, continue em situação de extrema pobreza (até 77 reais).

Entre as condicionalidades impostas, na área de saúde, para recebimento do benefício inclui-se o acompanhamento das crianças até sete anos por esta rede e aplicação do cartão de vacinação, além do acompanhamento de mulheres na faixa etária dos 14 aos 44 anos de idade, realização do exame pré-natal para gestantes e o acompanhamento médico para si e para o bebê no caso das nutrizes. No setor de educação exige-se a matrícula e frequência escolar mínima mensal de 85% para crianças entre seis e quinze anos, e de 75% no caso de adolescentes entre dezesseis e dezessete anos. Já os jovens até quinze anos que tiverem sido retirados do trabalho infantil ou estiverem em situação de risco, precisam participar também dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti.

Desde sua criação o PBF tem despertado a atenção de pesquisadores, dentro e fora do Brasil. Hall (2006) analisou os programas de transferência de renda condicionada, especialmente o Fome Zero e sua substituição pelo Programa Bolsa Família, que se tornaram a principal forma de combate à pobreza na América Latina. O estudo aponta pontos positivos na satisfação das necessidades básicas a partir de programas de transferência de renda, mas também indica importantes problemas estruturais e de funcionamento nos primeiros anos de execução do programa (Hall, 2006).

Duarte e colaboradores (2009) investigaram o impacto da transferência de renda do PBF sobre os gastos com alimentação nas famílias rurais, demonstrando que fatores como a idade mais elevada (até certo ponto) do chefe da família bem como a presença de crianças pode aumentar as chances de participação no programa, enquanto com a aposentadoria há menor possibilidade de recebimento. Demonstrou, ainda, que do valor recebido pelas famílias, 88% é gasto com alimentação, impactando positivamente o consumo de alimentos.

A análise de Rabelo (2011), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, constata que o PBF não é capaz de suprir toda sua demanda, uma vez que grande parte dos indivíduos cadastrados e elegíveis ao benefício não o recebem. Dentre os beneficiários, 57,5% são mulheres (inclusive porque o programa é voltado para elas), 86,4% são solteiros e 38,3% são negros ou pardos. Além disso, 55,4% são crianças e adolescentes de até 17 anos, e apresentam baixa escolaridade.

Entre os beneficiários identificados como responsáveis pela família, 44,6% eram ativos (formalizados ou não), 50,4% não trabalhavam, 2,9% eram aposentados e/ou pensionistas e 2,1% estavam em outra situação (Rabelo, 2011).

Apesar da comprovação de impactos positivos dos programas sociais realizada por pesquisas, como as de Duarte e colaboradores (2009) e Rabelo (2011), alguns autores contestam a relação entre transferência de renda e diminuição da pobreza. Marinho e colaboradores (2011) apontam para uma relação não significativa entre estas duas variáveis quando controlados outros determinantes tais como crescimento econômico, desigualdade de renda, saída do PBF e suas condições de vida atuais.

Para Marinho e colaboradores (2011, p. 270), as transferências *per capita* para os mais pobres não apresentaram impactos relevantes nos índices de pobreza, sendo o aumento dos anos médios de estudo que contribui para a sua redução. Isso seria devido ao estímulo à dependência ao desmotivar os beneficiários na busca por alternativas de renda, aliada à má gestão e a quantidade limitada de recursos do programa, mantendo uma função assistencialista, sem, no entanto, reduzir a pobreza.

Já Medeiros e colaboradores (2007) avaliam os programas focalizados de transferência de renda Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que fornecem renda a idosos e a pessoas com severas deficiências de famílias com até 1/4 de salário mínimo e indicam que, de forma geral, os recursos são direcionados às famílias mais pobres e que há êxito na seleção dos beneficiários se comparado aos bem sucedidos programas de transferência de renda do México e do Chile (Medeiros *et al.*, 2007).

Embora incipientes, começam a surgir indicações de trajetórias contrárias ao apontado por Marinho e colaboradores (2011). Em 2013, duas matérias davam conta de que 1,69 milhão de famílias (cerca de 12% dos beneficiários em 2013) haviam voluntariamente cancelado o benefício por atingirem a linha de corte (Revista Fórum, 2013) e mostravam beneficiários que conseguiram tornar-se microempreendedores e assalariados, saindo do PBF, através da transferência de renda e dos cursos fornecidos (Isto É Independente, 2013). Porém, 88% dos beneficiários continuam vivendo em condições de pobreza e necessitando do complemento de renda e pouco se sabe sobre as condições em que os beneficiários conseguiram deixar o programa e suas condições de vida atuais.

De acordo com informações do Ipeadata (2014), o número de famílias beneficiadas com o PBF, durante o ano de 2004, foi de 6.571.839. O Gráfico 3, a seguir, mostra que esse número foi progressivamente aumentando, totalizando, durante 2012, 13.900.733 benefícios.

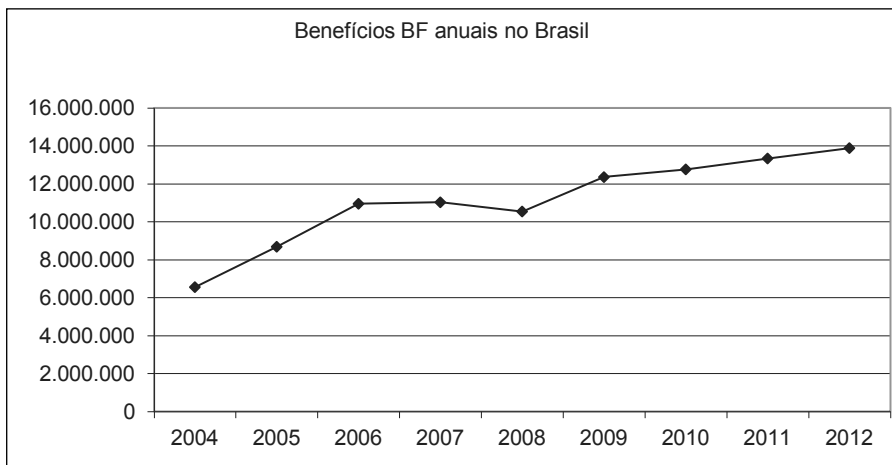


Gráfico 3 – Evolução do número de benefícios do Bolsa Família no Brasil, 2004-2012

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata, 2014.

Dados disponibilizados pelo Ipeadata demonstram também que o valor total dos benefícios destinados para o Rio Grande do Sul, em dezembro de 2012 foi de R\$ 63.581.600,00, distribuídos entre 463.519 famílias, o que significa, em média, cerca de 137 reais por família. O Gráfico 4 demonstra a evolução dos valores, no mês de dezembro de cada ano, evidenciando um aumento progressivo no montante, sendo no último ano três vezes maior do que no início do programa, em 2004.

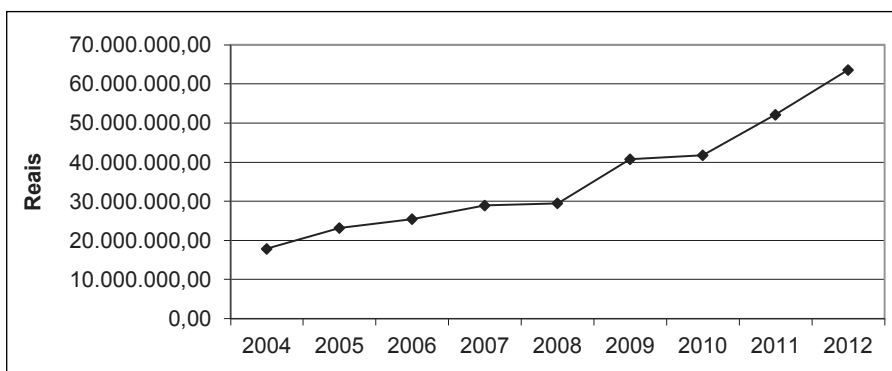


Gráfico 4 – Evolução dos valores dos benefícios do Bolsa Família no Rio Grande do Sul, no mês de dezembro, 2004-2012

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata, 2014.

As influências que o PBF tem sobre os seus beneficiários são diversas e ultrapassam a aquisição de alimentos ou o cumprimento das suas condicionalidades, impactando na permanência no mercado de trabalho e no ordenamento da vida social em contextos rurais.

Santos e colaboradores (2010) analisam o ingresso de homens e mulheres no mercado de trabalho rural conforme recebimento de transferências de renda, demonstrando que, em geral, homens ganham mais do que mulheres e que recebem mais renda aqueles indivíduos com seis ou mais anos de estudo (acima da média da população rural em geral). Evidencia-se maior probabilidade de ingresso no mercado de trabalho rural para homens, além de menor probabilidade de uma mulher casada ingressar no mercado, por outro lado, considerando-se pais e mães solteiros, no primeiro caso há redução da probabilidade de entrada no mercado, enquanto no segundo, há maior probabilidade.

Entre as mães solteiras há um acréscimo de três horas de trabalho sobre a jornada feminina em geral. Não obstante, o aumento no rendimento familiar *per capita* mensal e a existência de filhos pequenos reduz as probabilidades de a mulher ingressar no mercado. Do total que recebiam transferências de renda, 85% eram mulheres, e o recebimento implicava em redução na probabilidade de acessar o mercado de trabalho para as mulheres casadas e para as com filhos pequenos. Ademais, conforme o valor médio da renda do trabalho, o PBF fornecia um considerável suplemento de renda (SANTOS *et al.*, 2010).

Apesar da menor probabilidade de ingresso no mercado de trabalho, deve-se levar em conta, antes de concordar com a visão de acomodação e dependência das beneficiárias, que as mulheres casadas tendem a ter maior jornada doméstica e que a visão de que cabe ao marido o sustento da família ainda é muito comum, e que mulheres com filhos pequenos têm dificuldades de conciliar os cuidados com as crianças e o trabalho quando não há creches públicas ou algum membro da família que possa fornecer esses cuidados. É importante lembrar que o valor do benefício do PBF não é suficiente para pagar creches e escolas privadas, localizadas longe das propriedades rurais, na sede urbana dos municípios.

Favero (2011) estuda modificações não intencionais geradas pelo programa, ao analisar como o dinheiro transferido do PBF, entre outros programas, é apropriado, representado e utilizado pelos agricultores no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), no semiárido do Nordeste, que apresenta altos índices de pobreza. Para o autor, as transferências de renda impactam a dinâmica do mercado local e a vida cotidiana ao fornecerem dinheiro atrelado ao Estado, através de uma instituição bancária e vinculado ao consumo, não

ao trabalho. Dessa forma, as políticas conduzem a uma transformação dos sujeitos e objetos, dos campos de ação social e dos sistemas de representação.

Nesse processo, alimentos comprados em mercados passam a ser mais valorizados do que os produzidos em casa, a mulher beneficiária do PBF participa mais das decisões sobre a renda e as condicionalidades a cumprir, e expande sua visibilidade na esfera privada e pública e rede de relações. Novas relações verticais entre indivíduo ou família e o Estado produzem deslocamentos na identidade, transformando o agricultor em beneficiário do PBF, deslocamentos na relação com as organizações sindicais e associações, utilizados apenas para serviços de assistência do Estado, e deslocamentos de definição do território, ficando cada vez mais a cargo da renda, perdendo importância o trabalho e a produção (Favero, 2011).

Por outro lado, o PBF produz uma nova relação com o governo federal, na figura do presidente que “dá” e com o governo municipal que “tira” o benefício, invertendo a lógica de confiança nos políticos/administração local. Assim, o agricultor familiar se transforma em um consumidor, afastado da produção, através da transferência de renda pública, tornando-se mais precário e dependente, através de uma inclusão social, econômica e política realizada por um processo de destruição de dignidade (Favero, 2011, p. 624).

Embora tais estudos forneçam informações relevantes para a compreensão do principal programa de transferência de renda brasileiro, a relação do PBF com o desenvolvimento rural ainda precisa ser aprofundada, através do conhecimento do perfil dos beneficiários e daquilo que necessitam para deixar a condição de pobreza.

Bolsa Família e desenvolvimento rural

Mesmo tendo sido debatido desde o início da sua criação, a análise sobre o Programa Bolsa Família ainda não está esgotada, sobretudo quando se considera a população rural, que concentra grande parte da pobreza do país e no entanto, recebeu menor atenção dos analistas de políticas públicas para compreender os efeitos do PBF entre agricultores familiares.

Assim como no meio urbano, alguns autores, como Duarte e colaboradores (2009) dedicaram-se a compreender o Bolsa Família no meio rural a partir dos ganhos alimentares e nutricionais obtidos, ou mesmo o impacto no mercado de trabalho, como é o caso de Santos e colaboradores (2010), que demonstraram a importância das transferências sociais na renda familiar e a diminuição do ingresso no mercado de trabalho para mulheres casadas e as com filhos.

Outros autores procuraram compreender modificações mais profundas na relação do homem do campo com a sociedade, geradas a partir de mudanças dos hábitos alimentares e práticas cotidianas (Favero, 2011). Já Rego e Pinzani (2014) procuraram ouvir os beneficiários do Bolsa Família e defendem a ampliação da política voltada para o aumento da cidadania das populações pobres e beneficiárias do Bolsa Família.

No entanto, o programa ainda enfrenta resistências de vários seguimentos da sociedade brasileira. Rego e Pinzani (2014) apontam que doações em dinheiro têm sido preteridas à outras formas de auxílio, principalmente pela crença neoliberal de que cada um é responsável pela sua própria condição econômica, crença que favorece o preconceito contra os pobres e os programas que visam a amenizar essa situação, como o PBF. Segundo os autores, decorre daí a necessidade de se ouvir os pobres e de formar os diversos segmentos sociais para uma atitude de respeito e não humilhação frente aos beneficiários de políticas sociais, que frequentemente internalizam a visão de que são preguiçosos ou incapazes de administrar o dinheiro, por exemplo.

Embora considerem o PBF uma “política de urgência moral”, Rego e Pinzani (2014) também acreditam que possa ser transformada em uma política pública voltada à cidadania e possibilite o desenvolvimento nacional centrado na democracia. Conforme o estudo, as mulheres entrevistadas entendiam o Estado de forma distinta umas das outras, sendo o benefício uma dívida dentro da lógica do clientelismo ou um direito atrelado à cidadania das beneficiárias que pagam impostos.

Em relação ao Programa Bolsa Família, em dezembro de 2012, foram destinados ao Rio Grande do Sul 463.519 benefícios, no total de R\$ 63.581.600,00, com uma média de cerca de R\$ 137,17 por benefício (Ipea, 2014).¹

A Tabela 1, a seguir, demonstra a quantidade de pessoas que recebem o Bolsa Família, separadas pela situação de domicílio (rural ou urbano), no Brasil e no Rio Grande do Sul, em julho de 2014. Conforme essas informações, no Brasil, 71,28% dos participantes do PBF estão no meio urbano, enquanto 28,67% no rural, enquanto no Rio Grande do Sul são 80,52% dos participantes com domicílio na zona urbana, e 19,37% na rural.

¹ O portal de dados do Ipea apresenta dados da população rural e urbana para o ano 2000. Naquele ano, no Rio Grande do Sul, a população total era de 10.187.798 habitantes. Destes, 1.869.814, ou seja, 18,35% eram residentes rurais enquanto 8.317.984, ou seja, 81,65% eram urbanos (Ipea, 2014).

TABELA 1

Recebimento do PBF por situação do domicílio, Brasil e RS, julho de 2014 (%)

Situação do domicílio	Brasil (%)	RS (%)
Urbano	71,28	80,52
Rural	28,67	19,37
Sem resposta	0,05	0,12
Total	100	100

Fonte: SAGI/CECAD, 2014.

Camargo e colaboradores (2013), utilizando dados do Cadastro Único indicam o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família para o conjunto do país. A Tabela 2, reproduzida a seguir, permite perceber que 75,3% do total de beneficiários está concentrado no meio urbano, enquanto 24,6% se localizam no meio rural. Mas, quando analisada cada região individualmente, esse percentual se altera, sendo que 31,9% dos beneficiários do PBF da região Nordeste estão localizados no meio rural.

TABELA 2

Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias (tipo de localidade e construção), segundo as grandes regiões (março de 2013) (em % de domicílios)

Tipo de localidade	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Urbanas	75,3	74,0	68,1	86,6	79,6	86,6
Rurais	24,6	26,0	31,9	13,2	20,2	13,4
Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0
Tipo de construção dos domicílios	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Alvenaria/tijolo com revestimento	62,4	24,9	66,3	76,5	43,0	66,5
Alvenaria/tijolo sem revestimento	11,5	10,5	10,8	13,3	9,4	15,3
Madeira aparelhada	7,8	36,6	0,4	1,3	35,5	7,5
Taipa revestida	2,6	1,6	4,5	0,4	0,1	0,3
Taipa não revestida	2,8	2,8	4,7	0,1	0,1	0,3
Madeira aproveitada	1,4	5,7	0,3	0,4	5,8	1,5
Palha	0,1	0,5	0,1	0,0	0,0	0,2
Outro material	8,6	13,9	10,5	5,0	2,6	4,2
Sem informação	2,8	3,5	2,4	2,9	3,3	4,1

Fonte: Camargo e colaboradores (2013), elaborado com dados do CadÚnico (SENARC/MDS).

Assim como se altera a proporção entre pobres rurais e urbanos entre as regiões brasileiras, as condições de moradia também apresentam diferenças. No caso da região Sul, percebe-se que grande parte dos beneficiários possui domicílios em alvenaria com ou sem revestimento (52,4%), mas, este número é menor do que a quantidade encontrada para o total do Brasil, que é de 73,9%, e demais regiões, exceto a Norte (35,4%).

Ainda conforme Camargo e colaboradores (2013), de forma geral, as famílias residentes no meio rural apresentam maiores dificuldades de acesso a serviços básicos, como iluminação elétrica, coleta de lixo, escoamento sanitário (rede pública ou fossa séptica) e água por rede pública, devido à baixa densidade demográfica que dificulta a expansão destas redes, aumentando sua situação de vulnerabilidade. Os domicílios localizados no meio rural brasileiro que possuem acesso simultâneo a esses serviços básicos são apenas 5,2%, sendo que no Rio Grande do Sul, por exemplo, são 6,9% dos domicílios rurais, enquanto 60% dos domicílios urbanos estão nessa situação.

Conforme dados atualizados para julho de 2014, apresentados no Gráfico 5, a maioria dos beneficiários do PBF (60,77%) no Rio Grande do Sul recebe até R\$ 77,00 mensais *per capita*.

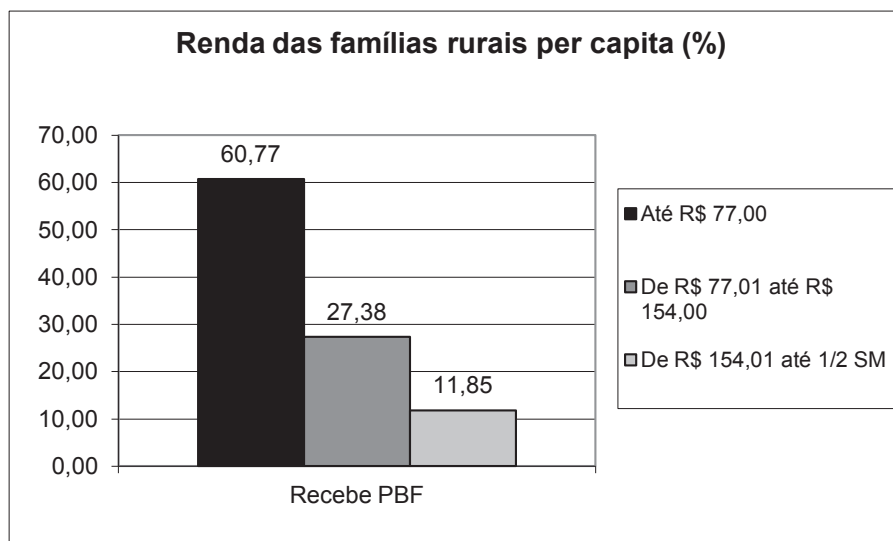


Gráfico 5 – Renda *per capita* (%) das famílias rurais beneficiárias do PBF no Rio Grande do Sul, 2014
Fonte: Elaboração própria com dados da SAGI/CECAD, 2014.

Já o Gráfico 6, a seguir, demonstra o grau de instrução dos beneficiários rurais no Rio Grande do Sul, em julho de 2014. Percebe-se que predomina o Ensino Fundamental incompleto, seguido de beneficiários sem instrução (15,66%). Nota-se, ainda, que o Ensino Médio completo aparece para somente 3,86% dos beneficiários rurais.

A luz elétrica (seja em medidor próprio ou coletivo ou sem medidor) está presente em 92,17% dos beneficiários. No entanto, quase 4 mil participantes do programa, ou seja, 1,35% do total utilizam luz de velas, enquanto outros utilizam querosene, gás ou óleo (0,51%). O restante utiliza outras formas de iluminação (1,25%) ou não respondeu (4,72%).

O abastecimento de água dos beneficiários rurais do Bolsa Família, como indica o Gráfico 7, é predominantemente por poço ou nascente (60,29%), seguido pela rede geral (32,89%)

As poucas informações disponíveis sobre os beneficiários rurais do Programa Bolsa Família não permitem conhecer sua realidade de forma mais aprofundada, impedindo que as relações do programa com outras iniciativas para a inclusão socioprodutiva das famílias sejam conhecidas. Pouco se sabe sobre a relação entre o PBF e o Pronaf, um dos principais programas de apoio à agricultura familiar, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo. Além disso, o Pronatec, que oferece formação técnica para as famílias de baixa renda, ainda não teve seus resultados amplamente explorados, sobretudo no que concerne ao meio rural. Dessa forma, os estudos disponíveis ainda não foram suficientes para demonstrar as possíveis sinergias entre as políticas públicas hoje disponíveis para garantia de renda e inclusão social e produtiva das famílias pobres e extremamente pobres.

Garcia e colaboradores (2013) foram talvez os primeiros a demonstrar as possíveis sinergias entre programas de transferência de renda condicionada e políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Para isso, analisam o PBF e o Pronaf individualmente e no tocante às suas possíveis sinergias, considerando a hipótese de que as famílias que participam dos dois programas terão melhor desempenho no aumento da produtividade da agricultura, terão melhoria de renda e mais sucesso na redução do trabalho infantil do que as demais famílias agricultoras, que participam de apenas um dos programas ou nenhum. No entanto, os resultados apontam que, em 2006, apenas 2,35% participavam de ambos os programas, enquanto 12,1% participam do Pronaf e 13,8% do PBF, concluindo que, mesmo onde há o acesso a ambas as políticas, não há sinergia entre os programas para as variáveis testadas.

Assim, para Garcia e colaboradores (2013) os programas sociais estão relacionados com menor produtividade da terra, sugerindo o aumento da

renda familiar como explicação possível. É importante destacar que o estudo também aponta que o PBF reduz o trabalho infantil, provavelmente devido às suas condicionalidades.

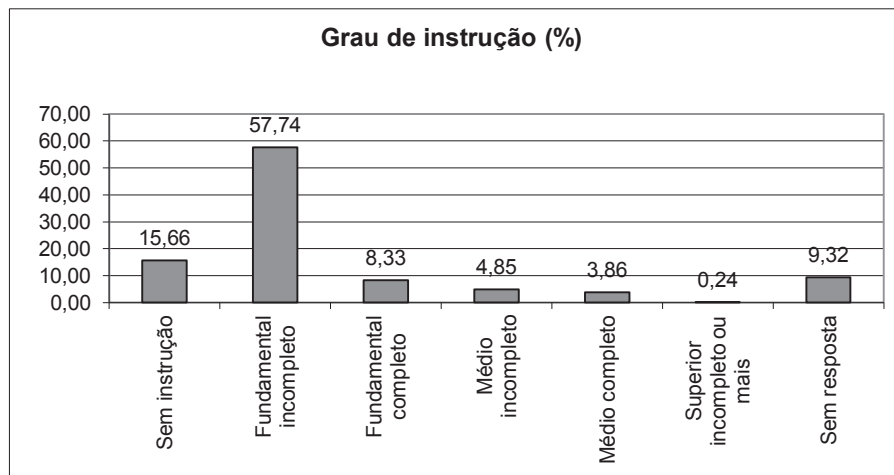


Gráfico 6 – Grau de instrução dos beneficiários rurais do PBF, no Rio Grande do Sul, 2014
Fonte: Elaboração própria com dados da SAGI/CECAD, 2014.

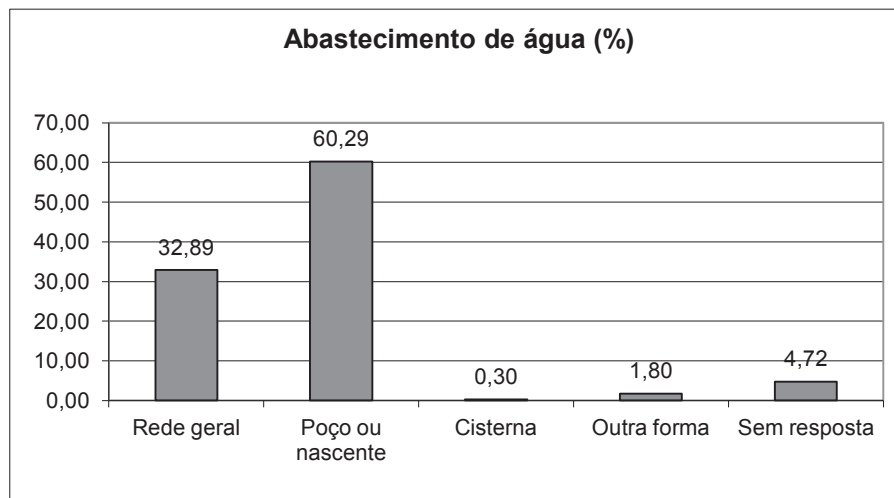


Gráfico 7 – Tipo de abastecimento de água dos beneficiários rurais do PBF, no Rio Grande do Sul, 2014
Fonte: Elaboração própria com dados da SAGI/CECAD, 2014.

Em trabalho recente (Castilho e Silva, 2014) também ficou evidente que o Pronaf e o PAA, principais políticas para a agricultura familiar e potencialmente complementares ao PBF, pouco contribuem entre si, na região do Alto da Serra do Botucaraí, Rio Grande do Sul. A análise sugere que programas direcionados aos pobres do meio rural, como o Programa de Fomento Produtivo, que proporciona crédito a fundo perdido para melhorias nas propriedades rurais de beneficiários do Bolsa Família terão mais êxito, já que tais famílias apresentam restrições para participar do Pronaf, como falta de documentação, pouca disponibilidade de terra e acesso à informação, entre outros fatores, incluindo a falta de interesse em investir na produção através de programas como Pronaf.

Notadamente, as informações ainda são incipientes e fornecem apenas pistas para se compreender as sinergias entre diversos programas no meio rural.² Nesse sentido, é preciso avançar no entendimento sobre o PBF na sua relação com outras políticas públicas para compreender em que medida eles podem ser complementares, e quais outras medidas são necessárias para a emancipação das famílias, como por exemplo, a assistência técnica direcionada para as vulnerabilidades e carências das famílias rurais que recebem o Bolsa Família, cujas características socioeconômicas serão distintas dos demais agricultores familiares, e que necessitam de acesso a serviços básicos como iluminação, ainda que em menor quantidade de casos, e o aumento de anos de escolarização formal.

Considerações finais

Ao completar uma década de existência, o Programa Bolsa Família se consolida enquanto principal programa de transferência de renda no Brasil e é apontado, junto com o aumento da renda do trabalho, como responsável pela redução das desigualdades sociais na atualidade. Muitas análises em torno dos efeitos do programa são positivas, demonstrando que, com um valor relativamente baixo, as famílias alcançam acréscimos em termos de nutrição, saúde, escolaridade das crianças, entre outros. No entanto, ainda não há análises suficientes sobre o abandono do programa por parte dos beneficiários por ocasião da melhoria da renda e da qualidade de vida, através de alternativas produtivas.

² Nesse sentido, encontra-se em andamento o projeto de pesquisa “A Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: interfaces entre o Programa Bolsa Família e o microcrédito do Pronaf B nas regiões Nordeste e Sul do Brasil”, coordenado pelo professor Sergio Schneider, com financiamento do CNPq. O projeto visa a analisar os fatores que favorecem e/ou restringem o acesso dos beneficiários do PBF à outras políticas de inclusão produtiva, especialmente o Pronaf B.

Os estudos realizados acerca da transferência de renda promovida pelo Bolsa Família, ademais, apontam para consequências não previstas na sua formulação, tais como identificado pelo estudo de Favero (2011), no território TIBJ que sugere o deslocamento da identificação de agricultor familiar para a identificação de beneficiário de um programa governamental .

Os dados indicam que o Programa Bolsa Família teve progressivo aumento no número de beneficiários e no aporte de recursos, gerando impactos positivos para as famílias pobres e extremamente pobres. Apesar disso, não há indicações suficientes de que as famílias puderam superar a pobreza caso o benefício fosse interrompido.

Este fato deve-se às características socioeconômicas das famílias mais pobres do meio rural, cujos membros apresentam baixa escolaridade, pouco acesso à terra para produzir, entre outros fatores que limitam sua inserção socioproductiva. Dessa forma, acredita-se que é necessário integrar um maior número de programas e ações em torno do PBF, de forma a expandir a rede de proteção social para criar oportunidades de produção e renda compatíveis com a realidade das famílias rurais em situação de pobreza ou pobreza extrema, embora trabalhos incipientes, como o de García e colaboradores (2013) demonstrem que ainda não houve sinergia entre programas potencialmente complementares entre si, como o PBF e o Pronaf.

Uma vez que o desenvolvimento, na perspectiva seniana, envolve ampliar as liberdades, não apenas a renda das famílias, as políticas de crédito e de formação profissional são uma potencial resposta para a sustentabilidade de renda das famílias em situação de vulnerabilidade. Notadamente, tais políticas precisam estar de acordo com as necessidades dos agricultores familiares, uma vez que existir crédito e formação profissional não significa que necessariamente as famílias pobres farão uso desses recursos. Ademais, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 para enfrentar a fome e a pobreza ao passo em que fortalece a agricultura familiar, através da comercialização direta de alimentos, se apresentam como possibilidade de ampliação das liberdades das famílias rurais, uma vez que tem sua formulação voltada para esse público. Neste caso, serão necessários outros estudos que comprovem uma relação complementar positiva entre eles e que seja capaz de contribuir ao desenvolvimento rural.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 5.209*, de 17 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 18 jan. 2014.

- BRASIL. *Lei nº 10.836*, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 18 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 18 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasil reduziu a pobreza em suas várias dimensões, revelou estudo do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/setembro/brasil-reduziu-a-pobreza-em-suas-varias-dimensoes-revelou-estudo-do-banco-mundial>>. Acesso em: 2 set. 2014.
- CAISAN. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan 2012/2015. MDS, Secretaria Executiva da Caisan, Brasília, 2014.
- CAMARGO, C. F.; CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MOSTAFA, J. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O que o cadastro único revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.
- CASTILHO E SILVA, C. B. de. O Programa Bolsa Família no meio rural: Um caminho ao desenvolvimento no Rio Grande do Sul? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CASTRO, J. A. de; RIBEIRO, J. A.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. de C.; SIMÕES, H. B. *Gasto Social e Política Macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1324.pdf>. Acesso em: jun. 2011.
- DUARTE, G.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 47, n. 4, out./dez. 2009, p. 903-918.
- GARCIA, F.; HELFAND, S.; SOUZA, A. P. *Conditional cash transfers and rural development policies in Brazil: Exploring potential synergies between Bolsa Família and Pronaf*. Fida Report, 2013.
- FAVERO, C. Políticas públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, 2011, p. 609-626.
- HALL, A. From Fome Zero to Bolsa Família: Social policies and poverty alleviation under Lula. *J. Lat. Amer. Stud.*, 38, p. 689-709, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: jan. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: jan. 2014.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Comunicados do IPEA, nº 155. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_contentview=articleid=15593>. Acesso em: 4 jul. 2014.

- IPEADATA. *Ipeadata*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2014.
- KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento Rural*. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- KERSTENETZKY, C. L. Welfare State e Desenvolvimento. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.
- MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil? *RBE*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 267-288, jul./set., 2011.
- MATTOS, B. Uma Abordagem Seniana do Programa Bolsa Família. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos*, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.
- RABELO, M. M. *O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único em Porto Alegre*: Institucionalidade e perfil dos beneficiários. FEE. Textos para Discussão, 2011.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- REVISTA FÓRUM. *1,69 Milhão de Famílias Abrem Mão do Bolsa Família*. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/05/169-milhao-de-familias-abrem-mao-do-bolsa-familia/>>. Acesso em: 9 maio 2013.
- REVISTA ISTO É INDEPENDENTE. *Eu Saí do Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.istoec.com.br/reportagens/333863_EU+SAI+DO+BOLSA+FAMILIA+>. Acesso em: 8 nov. 2013.
- SANTOS, G.; FONTES, R.; BASTOS, P.; LIMA, J. Mercado de Trabalho e Rendimento no Meio Rural Brasileiro. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, 2010, p. 355-379. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- SCHNEIDER, S. Apresentação. *Dossiê Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 14-23, mai./ago. 2011.
- SEN, A. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.